

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.467 - RS (2018/0314514-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE BLUMENAU - SC**
INTERES. : **CARLOS DE FREITAS**
ADVOGADO : **CAROLINE SCHNEIDER IZIDORO - SC011316**
INTERES. : **TIAGO FELTES E SILVA**
ADVOGADOS : **JOSÉ CARLOS DRI - RS017975**
: **MARCELO MACIEL HOFMANN - RS079776**
: **ANDRESSA JACOBS DRI - RS083044**
INTERES. : **VIVIAN ALVES DOS SANTOS DE JESUS**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONEXÃO. PREVENÇÃO. (ART. 59 DO CPC/15). FORO DO LOCAL DO ATO OU FATO (ART. 53, IV, DO CPC/15). COMPETÊNCIA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. SÚMULA 33 DO STJ.

1 - Reconhecida a conexão entre as demandas, os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto no juízo prevento (art. 59 do CPC/15).

2 - Nos termos da Súmula 33/STJ, "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

3 - Conflito conhecido para determinar a competência do Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Sapiiranga - RS.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BLUMENAU - SC, suscitado.

Ação: de compensação por danos morais e reparação por danos materiais proposta por Carlos de Freitas em face de Tiago Feltes Silva e Outra proposta perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau - SC.

Manifestação do Juízo suscitado: declinou de sua competência em favor do juízo suscitante, sob o argumento de que a ação fundada em direito real sobre bem móvel será proposta no foro de domicílio do Réu, sendo que um deles possui residência na Comarca de Sapiiranga, onde também já tramita ação

de busca e apreensão sobre o mesmo bem.

Manifestação do Juízo suscitante: reconheceu a conexão das ações de compensação por dano moral com a ação de busca e apreensão e suscitou o presente conflito de competência, asseverando que é competente o lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano (art. 53, IV, do CPC/15).

Parecer do MPF: o i. Subprocurador-Geral da República, Dr. Renato Brill de Goes, opinou pelo conhecimento do conflito, para declarar competente o juízo suscitado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

Inicialmente, verifica-se que não há divergência entre os Juízos acerca da conexão entre a ação de compensação por danos morais e reparação por danos materiais com ação de busca e apreensão.

Assim, reconhecida a conexão, os feitos deverão ser reunidos para julgamento perante o Juízo prevento, nos termos do art. 59 do CPC/15. Confira-se o seguinte julgado:

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENSINO SUPERIOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONEXÃO. EXECUÇÃO DAS MENSALIDADES. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. REUNIÃO DAS DEMANDAS. 1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, resolve-se a competência em favor do consumidor, apta a definir o juízo onde tem domicílio a parte vulnerável da relação. 2 - Ajuizada ação de indenização fundada na inexistência de relação jurídica (ausência de contrato) com a Universidade, que por sua vez propõe execução, baseada no mesmo contrato, porque não teriam sido pagas as mensalidades, há conexão entre as ações, ante a coincidência de partes e de causa de pedir, resolvida pelo critério da prevenção onde primeiro efetivada a citação (art. 219 do CPC). 3 - Reunião dos processos que se impõe para evitar decisões conflitantes. 4 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Porto Velho - RO, suscitado." (CC 107.816/RN, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/4/2010, DJe 20/4/2010)

Vale salientar que o foro previsto no art. 53, IV, "a", do CPC/15 (do lugar do ato ou fato nas ações por reparação de dano) é de competência relativa e, por isso, não pode ser suscitado, de ofício, pelo Juízo, nos termos da

Súmula 33 do STJ.

Forte nessas razões, conheço do conflito e declaro competente o
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS, suscitante.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

